

Competências do Conselho Estadual de Recursos Hídricos



Escrito por Super User

Publicado em Quarta, 17 Abril 2013 13:23

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia, órgão colegiado da estrutura regimental da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental/SEDAM, criado pela Lei complementar n.º 255, de 25 de janeiro de 2002, regulamentado pelo Decreto nº 10114, de 20 de setembro de 2002, que integra o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo, com dotação orçamentária própria, organiza-se da forma especificada no Regimento Interno e tem por competência:

I - fixar as diretrizes para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH/RO e acompanhar sua implantação;

II - aprovar e fazer publicar o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH/RO;

III - indicar ao Governo do Estado a conveniência da instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica bem como aprovar os critérios para sua composição e os respectivos Regimentos Internos;

IV - incentivar a formação e consolidação de Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - analisar e aprovar os planos de bacia, encaminhados pelos respectivos Comitês;

VI - estabelecer os critérios gerais de cobrança pelo direito de uso da água propostos, e homologar os estabelecidos ad referendum dos Comitês de Bacia;

VII - autorizar a criação de Agências de Bacia Hidrográfica, propostas pelos respectivos Comitês de Bacia;

VIII - arbitrar, em última instância administrativa, no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, os conflitos advindos do uso da água, inclusive entre os Comitês de Bacia;

IX - enquadrar os corpos de água estaduais em classes de uso preponderante, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, por proposta dos CBH;

X - homologar o uso da água, considerado inexpressivo e não conflitante com os interesses maiores do gerenciamento dos recursos hídricos da bacia, para efeito de isenção de outorga do direito de uso;

XI - acompanhar os critérios da distribuição aos municípios, da compensação financeira pela exploração de potenciais hidroenergéticos nos respectivos territórios;e

XII – delegar ao Município que, a seu critério, esteja devidamente organizado técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos do domínio do Estado, de interesse exclusivamente local.